
O TEXTO ALÉM DAS PALAVRAS: UMA VISÃO AMPLIADA DA APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO POR MEIO DE TEXTOS LITERÁRIOS

The text beyond the words: a wider vision of appropriation of information by reading literary texts

Ellen Valotta Elias Borges

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Av. Hygino Muzzi Filho, 737, Marília – SP, ellenvalotta@yahoo.com.br

Resumo

A apropriação da informação é um processo de interação entre texto e leitor, dentro de uma sociedade. Porém, o significado das palavras não é fixo, ele é negociado na interação. O leitor tem um papel ativo no processo de construção dos significados durante o ato da leitura. As relações entre texto, contexto e leitor são práticas discursivas fundamentais para a construção da realidade. A literatura é um tipo de prática social construída por elementos linguísticos e discursivos. Desta forma, é necessário compreender como sua informação é produzida e compreendida dentro de um contexto social específico. É nas práticas discursivas que produzimos e compreendemos os significados culturais. É neste processo que realizamos a apropriação de informações. Conclui-se que uma simples leitura massificada que não considera elementos extratextuais não é suficiente para gerar apropriação da informação.

Palavras-chave: Apropriação da Informação; Literatura; Práticas Discursivas.

Abstract

The appropriation of information is the result of interaction between text and reader in a society. However, the word has no single meaning. It is negotiated in interaction. The reader has an active role in the meaning-making process of textual creation through the act of reading. Relationship among text, context and reader is a kind of discursive practice extremely important in the construction of reality. Literature is a kind of social practice that is linguistically/discursively constructed, so it is necessary to know how its information is produced and understood in a specific social context. Discursive practice addresses the processes by which cultural meanings are produced and understood, in other words, it is the process responsible for appropriation of information. It is concluded that a narrow and mass-oriented reading that does not take into account the text beyond the words cannot be able to generate appropriation of information.

Keywords: Appropriation of information; Literature; Discursive Practices; Reader

1 Introdução

A desconstrução do outro é o primeiro passo para a construção de si mesmo. Tomando o texto como objeto de construção de conhecimento, é preciso que haja uma desconstrução no ato da leitura para que a reconstrução das ideias do outro seja pertinente para a construção de nossas próprias ideias. O sentido de um texto está sempre aberto a novas interpretações, permitindo a participação ativa do sujeito pelo jogo desconstrutivo e, desta forma, criando novas compreensões realizadas por possíveis interpretações compostas por aspectos e pontos de vista diferentes.

Considerando o caráter metafórico da linguagem, tomaremos o desconstrucionismo de Derrida (1974) como base de nossa análise, sendo o elemento básico para a construção de novos sentidos. Esta linha de raciocínio que critica o logocentrismo contribui para o desenvolvimento de aspectos humanísticos no mundo tecnológico atual, pois coloca todo texto passível de novas

reflexões, denunciando aquilo que não é ou que parece ser, trazendo à tona verdades tidas como absolutas, até então, para serem analisadas sob novas perspectivas.

Para Bakhtin (2006, p.15), “a fala está indissolavelmente ligada às condições de comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais”. Desta forma, não podemos manter um texto sob controle; a cada contexto e novas leituras surge um novo texto com vida própria e incontrolável diante do mundo da linguagem e da interpretação de significados.

Na visão bakhtiniana, a linguagem é um discurso que só existe em relação ao outro, isto é, o homem não pode ser compreendido fora da sua realidade social e, como um ser social por natureza, ele depende de trocas interacionais com o outro para se desenvolver. Para Bakhtin, a linguagem também possui seu caráter comunicativo, porém, esta relação não está firmada em uma dicotomia entre língua e fala, mas nas relações

entre os interlocutores dessa fala, seja por meio oral ou escrito. Nas palavras do autor (2006, p.105)

[...] toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade.

As pessoas convivem em sociedade e se comunicam por meio das palavras escritas ou faladas. Todavia, o sujeito, antes de ser um leitor de textos escritos, é um sujeito social que age e interage em diferentes contextos, utilizando, para tanto, várias formas de leitura e interpretação, seja por meio de livros, receitas, propagandas, urnas eletrônicas, documentos, revistas e todos os tipos de forma escrita, visual, auditiva ou sincrética. Nesse sentido, a leitura é um dos meios pelo qual o sujeito adquire informações e conhecimentos necessários para estabelecer e manter relações com outros sujeitos, sendo um processo fundamental na constituição de uma sociedade. Em outras palavras, o ato de ler possui projeções de leituras individuais e específicas de cada leitor, membro de uma determinada comunidade.

Apesar do processo de leitura ser individual, o processo de apropriação entre texto e leitor acontece dentro do social, sendo assim, a informação já chega para seu receptor com algumas construções de sentido que estão relacionadas com o contexto social. Nas palavras de Almeida Júnior (2008, p.93) “A mediação da informação é um processo histórico-social. O momento em que se concretiza não é um recorte de tempo estático e dissociado de seu entorno. Ao contrário: resulta da relação dos sujeitos com o mundo.” É desta forma que os conhecimentos vão se construindo e transformando a realidade social e as relações entre os sujeitos que a constituem.

Os conceitos de conhecimento e comunicação sempre estiveram presentes na sociedade humana. Entretanto, o excesso de informação e o grande acesso às ferramentas tecnológicas existentes na atualidade é algo amplo e precisa ser repensado, pois, frequentemente, muitas informações são utilizadas como uma ferramenta de manipulação que, consequentemente, interfere no processo de apropriação, geralmente influenciado por uma mídia massificadora que contribui para informar aquilo que lhe convém. Os acontecimentos cognitivos vão muito além da decodificação de códigos linguísticos presentes em uma informação. Morin apresenta sua visão acerca do conhecimento cognitivo:

Assim, todo acontecimento cognitivo necessita da conjunção de processos energéticos, elétricos, químicos, fisiológicos, cerebrais, existenciais, psicológicos, culturais, linguísticos, lógicos, ideais, individuais, coletivos, pessoais, transpessoais e impessoais, que se encaixam uns nos outros. O conhecimento é, portanto, um fenômeno multidimensional, de maneira inseparável, simultaneamente físi-

co, biológico, cerebral, mental, psicológico, cultural, social. (Morin, 1999, p. 18)

A mesma palavra pode ter sentidos diferentes se perceberem a formações discursivas diferentes. Nas palavras de Smith “a visão e os nossos sentimentos sobre o que vemos depende muito mais do cérebro do que dos olhos” (1999, p.24). Sendo assim, podemos considerar que não basta ter a capacidade de ler, no sentido de decodificar letras. O ato da leitura exige uma compreensão que somente se concretiza quando consideramos elementos que estão além da informação visual e muito próximos de nossos conhecimentos e experiências individuais, ou seja, “Uma habilidade essencial para a leitura que não é ensinada a nenhum leitor é depender o menos possível dos olhos” (Smith, 1999, p.19).

Apesar de o texto literário apresentar características próprias em sua estruturação, capazes de orientar a leitura até certo ponto, as diferenças históricas entre os contextos de produção e recepção abrem espaços para a participação do leitor no processo de construção dos significados. No final das contas é o leitor o responsável pela atribuição de valores às palavras, muitas vezes por meio de uma desconstrução, de uma desordem da ordem estabelecida pelo texto em si. É assim que a nova construção acontece. É pela desordem que acontece a ordem, é pela desconstrução que surge a nova construção de significados.

2 A informação é um direito de todos

A Lei de Acesso à Informação nº 12.527 de novembro de 2011 (LAI) é sem dúvida um avanço para a democratização da informação. A LAI vem regulamentar o I Capítulo – dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos da Constituição Federal, especialmente o artigo 5º que, no seu inciso XXXIII, afirma:

[...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Apesar de todos nós termos direitos a determinado tipo de informação, esse direito é atuante de forma desigual. É certo que todos nós temos direitos a certos bens fundamentais, porém, a classe dominante quando pensa em seus direitos, não estende todos eles ao semelhante. Nas palavras de Candido: “[...] pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo” (Candido, 1988, p.174). Todavia não é desta forma que acontece. Ou seja, apesar de nossa constituição apresentar uma lei de acesso à informação, este acesso não significa capacidade de apropriação.

Apropriação e mediação são duas faces da mesma moeda. A mediação é uma ação que propicia uma apropria-

ação que satisfaça as necessidades do receptor. Almeida Júnior conceitua a mediação como

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. (Almeida Junior, 2015, p.25)

Se a nossa sociedade não possibilitar uma mediação que satisfaça as necessidades informacionais, dificilmente conseguiremos gerar uma cultura que faça as pessoas buscarem uma apropriação além do texto escrito. Continuaremos em um contexto desigual. Aquilo que é permitido para todos não é usufruído por todos devido ao sistema social e educacional de nosso país. A literatura também é um direito de todos, ainda que este fato não seja expresso por uma lei. Porém, poucos compreendem a função social da literatura e, desta forma, o interesse por seu estudo e a conscientização de sua função social acontece entre uma minoria de sujeitos. Antonio Candido apresenta uma reflexão acerca deste assunto:

[...] as pessoas são frequentemente vítimas de uma curiosa obnubilação. Elas afirmam que o próximo tem direito, sem dúvida, a certos bens fundamentais, como casa, comida, instrução, saúde, coisas que ninguém bem formado admite hoje em dia que sejam privilégio de minorias, como são no Brasil. Mas será que pensam que o seu semelhante pobre teria direito a ler Dostoiévski ou ouvir os quartetos de Beethoven? Apesar das boas intenções no outro setor, talvez isto não lhes passe pela cabeça. E não por mal, mas somente porque quando arrolam os seus direitos não estendem todos eles ao semelhante. (Candido, 1988, p.172)

O direito à literatura deveria ser de todos, pois o texto literário tem o poder de apresentar a realidade social sob uma perspectiva ampla e reflexiva, só precisa estar mais acessível e melhor compreendido. É evidente que o público que possui o acesso e a capacidade de se apropriar da informação literária tem mais chances de aumentar suas condições reflexivas sobre questões sociais. Diferentemente do público que está exclusivamente envolvido com a apropriação de informações publicitárias do dia a dia, relacionadas ao consumismo atual.

Considerando que o ensino da literatura tem seu maior espaço de difusão dentro de um contexto formal (escolas e universidades), torna-se preciso criar estratégias que contribuam para uma maior divulgação de textos literários em espaços que não sejam apenas locais de estudo. Seria extraordinário viver a literatura em contextos corriqueiros do dia a dia, possibilitando que a inteligibilidade de seus elementos textuais atuasse em diferentes sujeitos sociais, pertencentes a grupos diversos da sociedade.

É preciso quebrar este paradigma literário e criar mais possibilidades de acesso e compreensão daquilo que é pouco concebível, no caso em questão, o texto literário. É imprescindível que o direito à literatura seja visto sob uma nova perspectiva dentro da sociedade atual. A literatura é tão fundamental para a mente quanto a comida para o corpo. Para Antonio Candido

[...] são bens incompressíveis não apenas os que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual. São incompressíveis certamente a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc.; e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura. (Candido, 1988, p.174)

A apropriação da informação não depende somente de códigos linguísticos, a construção de seus significados está ligada a sujeitos sociais que trazem consigo valores e conhecimentos próprios que interferem na interpretação de uma informação. Sendo assim, podemos dizer que nenhuma informação é neutra, ela é composta por valores ideológicos.

[...] a ideologia não é sinônimo de subjetividade oposta à objetividade, que não é pré-conceito nem pré-noção, mas que é um “fato” social justamente porque é produzida pelas relações sociais, possui razões muito determinadas para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de ideias falsas que prejudicam a ciência, mas uma certa maneira da produção das ideias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas das relações sociais. (Chauí, 2004, p.13)

A compreensão que temos do outro interfere naquilo que recebemos e compreendemos de determinada informação. Isso acontece também na leitura de um texto escrito ou na compreensão de uma mensagem falada. A dimensão histórica é parte constitutiva de um texto e sua compreensão depende de quem enuncia a mensagem e de quem a recebe. Por isso é tão necessário reconhecer a literatura como uma possibilidade criativa de reflexão sobre questões sociais.

Devemos compreender o que um texto significa, pois o que é dito ou escrito revela não somente sobre o objeto em si, mas também revela quem o produz. O processo informativo depende de fatores externos para que seja gerada a apropriação, ou seja, depende de um discurso competente que está atrelado ao sujeito e ao contexto social. Ler a mesma informação em suportes diferentes pode produzir sentidos diferentes. A mesma informação dita por sujeitos diferentes causa impressões adversas, pois ela não é construída por si só. Seu valor, positivo ou negativo, depende de quem, de onde e de como ela é mediada. O outro está tão presente na nossa interpretação de mundo que aquilo que nos parece individual, na verdade é reflexo de uma ação coletiva. Em outras palavras, a informação que procuramos, encontramos ou esbarramos sem querer é mediada dentro de um contexto social e coletivo.

Desta maneira, as interpretações que fazemos dos discursos que nos cercam socialmente dependem daquilo que somos e das crenças que temos. De acordo com Chauí “Não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância” (Chauí, 2006). Essa restrição linguística é o que nos move e nos faz enxergar além do texto escrito ou falado para compreender a informação inserida naquele espaço específico, principalmente se sua construção pressupõe elementos figurativos, como os que dominam o texto literário. A compreensão destes elementos é o fator determinante para uma apropriação ampliada e não massificada, uma apropriação gerada por meio de uma compreensão além das palavras que considera os elementos externos e os utiliza para gerar novos conhecimentos. O processo informativo que é precedido pela compreensão é capaz de gerar apropriação de elementos que podem gerar novos conhecimentos no indivíduo que se apropria de tal informação.

Um dos pontos básicos deste trabalho é refletir sobre o aspecto social da informação por meio de textos literários. O poder de instrução se relaciona ao poder de construir conhecimentos individualmente para serem transformados socialmente, na relação com o outro. Nas palavras de Fadel é por meio da informação que “alteramos, modificamos, transformamos nosso conhecimento. É com esse conhecimento transformado que nos relacionamos com o mundo” (FADEL et al. 2010, p.18). É importante conhecer o mundo em que vivemos: “[...] se preocupar não apenas com informação científica e tecnológica, mas também, e em igual medida, com a informação pública, com a informação social [...]” (Fadel et al. 2010, p.18).

Estamos vivenciando uma era tecnológica que o ter supera o ser e o excesso de informações não significa criação de novos conhecimentos. Está claro que possuir informações diversificadas contribui para a transformação de conhecimentos, isto é, os diferentes tipos de recursos informativos, linguísticos, comunicativos e informacionais são elementos transformadores e, se usados de forma positiva, podem contribuir de forma significativa tanto para o indivíduo quanto para o coletivo e social.

3 O texto literário: uma apropriação além das palavras

A informação registrada pode ser a mesma para diversos enunciadores, mas o sentido que ela traz decorre de fatores que não são da ordem da língua. Para Possenti (2004, p.361) “A mesma palavra ou o mesmo enunciado podem ter sentidos diferentes, se pertencerem a formações discursivas diferentes”.

Diante de tantos fatores que implicam no processo de apropriação da informação, delimitaremos o texto literário como elemento de apropriação para a construção de conhecimentos, podendo contribuir para um proces-

so interpretativo mais profundo que exige uma interação mais próxima entre texto e leitor, facilitando a apropriação da informação por meio da compreensão da estrutura textual, das escolhas lexicais ou da interpretação individual.

Para desenvolver essas ideias, tomaremos como corpus de análise o texto literário *Casa tomada* de Cortázar para demonstrar as relações discursivas de poder entre os indivíduos participantes da história e suas relações com o contexto real da época de produção do texto e sua possível influência social na atualidade. As informações histórico-sociais da época de produção do texto contribuem para a percepção da realidade político-econômica exposta pelo escritor. Porém, a compreensão desta visão trabalhada pelo autor pode ser mais compreendida se o leitor tiver uma percepção que vá além do texto escrito e considerar os aspectos históricos e políticos que organizam toda a informação ao redor dos personagens e da construção do texto. A partir das informações exteriores ao texto, o leitor terá mais condições de se apropriar das informações que, embora explícitas, muitas vezes aparecem de forma figurativa em um texto literário. A compreensão desse universo informativo contribui para a tomada de consciência de uma visão reflexiva acerca dos temas presentes no texto. É durante todo este processo que a apropriação da informação vai tomando forma numa relação entre linguagem e pensamento. Nessa hora, o leitor deixa de ser um simples interlocutor e passa a interagir, mesmo que mentalmente, com as ideologias apresentadas pelo texto.

Se por um lado, o uso que se faz da apropriação da informação pode ser considerado algo elitizado e gerador de interesses políticos e econômicos, por outro lado, o leitor é livre para se apropriar daquilo que ele quiser dentro de suas possibilidades. Apesar desta liberdade, vivemos em um contexto social capitalista cujas construções de significados quase sempre estão carregadas de valores atrelados ao consumismo capitalista, o que contribui fortemente para a construção do conhecimento de acordo com os interesses da ordem social dominante. Cabe ao leitor escolher o caminho para a apropriação, ou ficar dependente de construções de sentido geradas por outros e absorvidas diariamente pela maioria da população.

Para Barthes (1987, p.17) “[...] não lemos tudo com a mesma intensidade de leitura; um ritmo se estabelece, desenvolve, pouco respeitoso em relação à integridade do texto; a própria avidez do conhecimento nos leva a sobrevoar ou a passar por cima de certas passagens [...]” O processo de leitura exposto por Barthes nos faz refletir sobre o processo de apropriação, considerando o único e exclusivo do sujeito leitor presente em determinado espaço e tempo.

3.1 Casa tomada: uma representação da Argentina da época

Inserido na coletânea de contos *Bestiário*, publicada em 1951, o conto apresenta uma estrutura narrativo-discursiva perturbadora ao leitor: trata-se da história de um casal de irmãos (o narrador-protagonista e Irene) que vivem tranquilos e alheios do mundo na casa de seus antepassados. No entanto, essa aparente tranquilidade será rompida por ruídos provenientes da parte mais afastada da casa, ao que os irmãos reagem de forma passiva, simplesmente fecham a porta que dá acesso àquele espaço. Com o passar do tempo, os ruídos invadem toda a casa. Em outra atitude passiva, o narrador e sua irmã resolvem abandoná-la, levando apenas a roupa do corpo. Nesse conto, o elemento perturbador são os ruídos provenientes da parte afastada da casa. Perturba os protagonistas, como também o leitor. Embora seja uma narrativa de estrutura linear, o texto *Casa tomada* causa estranheza ao não revelar o que seriam esses ruídos. Desta forma, obriga o leitor a um retorno ao texto, um ir e vir, tal como o tecer e destecer de Irene, lembrando o que fazia Penélope em *A Odisseia*, de Homero, enquanto esperava a volta de Ulisses para que não fosse obrigada a escolher um novo companheiro. Irene tece seu trabalho, mas não o termina porque este é símbolo do seu desejo mais íntimo, do seu inconsciente, que prefere ignorar, mas que serão manifestados mais adiante, no conto, pelos ruídos na casa.

A apropriação do texto literário depende dos conhecimentos que o leitor possui sobre o tema tratado. O fator extratextual é determinante para a apropriação da informação. Ler com base apenas nos elementos linguísticos não é suficiente para que o leitor faça uma apropriação mais particular. Faz-se necessário considerar seus próprios conhecimentos e visão de mundo acerca dos elementos presentes na construção das mensagens do texto. O conhecimento histórico-social possibilita fazer relações entre o explícito e o implícito presentes nas informações do texto. Por isso, a informação e seu contexto histórico-social precisam caminhar lado a lado, isto é, o conhecimento extratextual do conto *Casa tomada* é fundamental para a construção de uma visão mais ampla das questões sociais expostas no texto.

Grande parte dos textos da literatura Argentina apresenta duas importantes personagens: a casa e a cidade de Buenos Aires. Muitas vezes esses dois espaços se confundem tornando-se uma mesma personagem, na medida em que a casa é uma metáfora da cidade. Faz muita diferença o conhecimento das questões acerca das lutas sociais, políticas e culturais de um longo período da história da Argentina para a apropriação de um texto literário cujo contexto social é a Argentina do século XX. Todos os conflitos deste contexto acontecem devido a não aceitação das mudanças trazidas pela modernidade e pelo crescimento acelerado do país,

especialmente a partir deste século. Todos esses acontecimentos provocaram uma mudança na mentalidade de certos grupos. A elite local começou a demonstrar certa resistência ao elemento estrangeiro, não aceitando que eles pudessem adquirir os mesmos direitos que os argentinos chegados há muito mais tempo. Contudo, no final do século, o estrangeiro passou a ser o principal habitante da cidade. Com o decorrer do tempo, os imigrantes enriqueciam e se tornavam parte de uma nova classe de prestígio, enquanto a elite antiga tinha cada vez menos importância no papel econômico e social do país. Os temas expostos por Cortázar, também podem ser encontrados em outros textos, de outros poetas, em outros países, em outras épocas. Podemos notar na própria obra de Cortázar uma intertextualidade e influência do conto *A queda da casa de Usher*, de Allan Poe (1981). Desta maneira, podemos verificar a importância da literatura como um todo no processo de construção histórico, político e econômico por meio de grandes autores e de seus textos.

O conto de Cortázar reproduz o cenário de resistência da elite argentina em relação ao novo e ao estrangeiro criando toda uma dramatização que acontece em uma antiga residência senhorial habitada por dois irmãos. Temos aqui a representação da casa confundindo-se com Buenos Aires. O conto ilustra de forma indireta episódios fundamentais da história social e cultural da Argentina. O ato de fechar a porta (*Tuve que cerrar la puerta del pasillo. Han tomado la parte del fondo.*) expressa o medo dos irmãos diante da força invasora, mas a forma como se constrói esse significado pelo uso de uma expressão de mandato (*tuve que..*) antes da ação de fechar (*cerrar*) é o que nos leva a ver a ação de outro modo e não como o ato de simplesmente fechar uma porta. É inevitável não conectar as relações criadas por Cortázar com a realidade social da Argentina. Muitas interpretações podem ser feitas ao relacionar um texto literário com realidades sociais diferentes. As pessoas constroem sua identidade social e cultural ao agir no mundo por meio da linguagem. É através do processo de construção do significado que os participantes discursivos se tornam conscientes de quem são ao se envolverem e ao envolverem os outros em discursos construídos em circunstâncias culturais, históricas e institucionais particulares.

4 A reprodutibilidade da informação e seu papel social

Quando a reprodutibilidade informacional alcança um destino de recepção em que ocorre apropriação da informação, essa reprodutibilidade pode propiciar reflexões acerca do contexto social. Sem a apropriação da informação, o processo de recepção significa apenas um acúmulo de informações sem reflexão, incapaz de causar uma transformação social, ou, nas palavras de Marx (1988, p.93), um metabolismo social. Muitos nomeiam a atual sociedade como “sociedade da infor-

mação ou do conhecimento” devido ao dilúvio informacional que estamos presenciando.

É fato que a quantidade de informações está cada vez maior. As possibilidades de acesso e os recursos tecnológicos estão se tornando cada vez mais presentes na sociedade capitalista que produz a tecnologia de forma rápida, barata e acessível à massa popular. Com toda essa situação, estamos quase afundando neste oceano de informações. O acesso é cada vez maior e o tempo de reflexão é cada vez menor. A quantidade informacional ultrapassa a qualidade informativa. Não há tempo de refletir sobre as mudanças e os resultados sociais advindos desse novo contexto informacional e cada vez mais a apropriação da informação é deixada para segundo plano. Nas palavras de Kurz, “A montanha de dados cresce, o real conhecimento diminui. Quanto mais informações, mais equivocados os prognósticos”. Ainda, segundo o autor, este excesso informacional pode ser negativo se não houver consciência das informações e de seu papel social: “Uma consciência sem história, voltada para a atemporalidade da ‘inteligência artificial’, tem de perder qualquer orientação. A sociedade do conhecimento, que não conhece nada de si mesma, não tem mais nada a produzir senão sua própria ruína” (Kurz, 2002).

A reprodutibilidade de informações é o resultado da atual tecnologia. Não há mais volta. Tudo é acessível a qualquer momento e de qualquer lugar. Considerando o excesso de informações que nos chega de forma consumista e sem reflexão, é possível fazer uma comparação entre o processo de reprodução de informações com o processo de reprodução de mercadorias para o consumo. Da mesma forma que o capitalismo motiva o consumo sem necessidade, menosprezando o valor de uso e exaltando o status social, as informações também são absorvidas sem utilidade, transformando a possibilidade de acesso ilimitado de informações em algo banal, sem importância já que seu uso é muito mais quantitativo que qualitativo, é realizado com pouca reflexão.

Não é verdade que não há o lado positivo deste excesso. O problema não está no acesso ilimitado das informações, mas na capacidade de apropriação. Ter o poder de acessar não significa ter o poder de interpretar e de se apropriar das informações que nos chegam a cada segundo. A reprodutibilidade de informações pode ser positiva ou negativa, seu papel social depende do seu valor para o sujeito que a usa. Uma informação pode ter valores diferentes de acordo com o uso que se pode fazer dela. Podemos fazer um paralelo entre o valor da informação com o valor de mercadoria abordado por Chauí (2004, p.19)

[...] quando compreendemos qual é a gênese ou origem da mercadoria (as mediações que a constituem) compreendemos que não se trata de uma coisa tão simples como aparecia, pois ela é, ao mesmo tempo, valor de uso e valor de troca. Ela não é uma “coisa”, mas um valor. Como va-

lor de uso, parece valer por sua utilidade, e, como valor de troca, parece valer por seu preço no mercado.

Partindo da citação da autora, é possível pensar no uso que se faz atualmente da informação: uma coisa e não algo que deveria ser refletido para ser compreendido e apropriado. O valor dado à informação é algo ainda sem definição, um conceito que traz suas raízes interdisciplinares que dificulta uma definição homogênea no âmbito da ciência da informação. Considerando a informação com base na corrente crítica, é necessário compreender a questão do seu valor. Para Marx, as mercadorias possuem valores diferentes, dependendo de seu valor de uso, e essa diferença interfere no processo social. Para ele, “Na medida em que o processo de troca transfira mercadorias da mão em que elas são não-valores de uso para a mão em que elas são valores de uso, ele é metabolismo social” (Marx, 1988, p.93).

A informação deveria ser vista, compreendida de modo reflexivo para que sua apropriação tenha um poder transformador na esfera social. Porém, na atual sociedade capitalista, o tempo para reflexão é engolido pelo consumismo imediato e as informações são trocadas como simples mercadorias. Como em toda situação há o lado positivo e negativo, tomaremos as palavras de Benjamin para tentar buscar algo positivo acerca da questão da reprodutibilidade informacional. Benjamin aborda a questão da reprodutibilidade técnica da obra de arte. Para o autor, este tipo de reprodutibilidade artística tem o poder de transformar a percepção social de uma coletividade dentro de um período histórico:

No interior de grandes períodos históricos, a forma de percepção das coletividades humanas se transforma ao mesmo tempo que seu modo de existência. O modo pelo qual se organiza a percepção humana, o meio em que ela se dá, não é apenas condicionado naturalmente, mas também historicamente. (Benjamin, 1987, p.169)

Essa percepção da coletividade é influenciada não só pelo período histórico, mas também pelas transformações sociais que possibilitam a acessibilidade da obra de arte por meio de sua reprodução. Quando a obra de arte deixa de ser um objeto único e passa a ser um objeto acessível em diversas situações, é possível renovar a humanidade por meio da cultura, ainda que seja por meio de uma reprodução. Esta aproximação entre arte e espectador só é possível por causa da reprodutibilidade técnica. Segundo Benjamin

[...] a técnica da reprodução destaca do domínio da tradição o objeto reproduzido. Na medida em que ela multiplica a reprodução, substitui a existência única da obra por uma existência serial. E, na medida em que essa técnica permite à reprodução vir ao encontro do espectador, em todas situações, ela atualiza o objeto reproduzido. Esse dois processos resultam num violento abalo da tradição, que constitui o reverso da crise atual e a renovação da humanidade. Eles se relacionam intimamente com os movimentos de massa, em nossos dias. (Benjamin, 1987, p.168)

Benjamin traz à tona as relações entre obra de arte e percepção humana. Para ele, a questão da reprodutibilidade técnica da obra de arte e sua popularização por meio de uma reprodução seriada podem interferir de alguma forma na percepção de uma coletividade. Considerando que a literatura também é uma forma de expressão artística, sua popularização também é um fator de grande influência para a transformação do pensamento crítico de nossa atual sociedade que transborda informação e precisa de reflexão. Da mesma forma que a reprodutibilidade de uma obra de arte não permite o acesso real à obra original, o texto literário tampouco coloca o leitor nas mesmas condições de leitura da época em que o texto foi escrito. Estamos diante de outro tipo de reprodutibilidade em que o texto deixa de ser original a partir do momento que seu público está em outro universo temporal e espacial. Para Barthes, esta relação entre texto, autor, leitor e temporalidade histórica é um ponto para reflexão. Nas palavras do autor:

Como criatura de linguagem, o escritor está sempre envolvido na guerra das ficções (dos falares), mas nunca é mais do que um brinquedo, porque a linguagem que o constitui (a escritura) está sempre fora de lugar (atópica); pelo simples efeito da polissemia (estado rudimentar da escritura), o engajamento guerreiro de uma fala literária é duvidoso desde a origem. O escritor se encontra sempre sobre a mancha cega dos sistemas, à deriva; é um joker, um mana, um grau zero, o morto do bridge: necessário ao sentido (ao combate), mas ele mesmo privado de sentido fixo; seu lugar, seu valor (de troca) varia segundo os movimentos da história, os golpes táticos da luta: pedem-lhe tudo e/ou nada. (Barthes, 1987, p.47)

Se o texto, assim como seu autor, não possui sentido fixo e varia de acordo com os movimentos históricos, podemos dizer que a função social do texto depende dos sujeitos históricos e sociais que fazem apropriações, influenciados, muitas vezes, pela ideologia dominante de determinado período. Ou seja, muda a ideologia, mudam as percepções de mundo, mudam as apropriações, muda o valor social de uma informação.

4.1 O poder midiático e a informação manipuladora

É inevitável relacionar o poder midiático dentro do universo social atual. O contexto capitalista utiliza a mídia de todas as formas como aparato ideológico da globalização para manipular a atuação das pessoas por meio de informações que são produzidas como verdades absolutas de acordo com os interesses dos grandes grupos de comunicação. A imposição de tais informações geralmente tem o interesse de estimular o consumo e, para tanto, limita a reflexão sobre a qualidade das informações que estão sendo transmitidas. Segundo Ramonet (2003, p.246-247), o sistema midiático

[...] é o aparato ideológico da globalização. É o sistema que, em certa medida, constitui o modo de inscrever, no disco rígido de nosso cérebro, o programa para que aceitemos a globalização. Esse sistema ideológico, esse apar-

to ideológico global, é o aparato midiático em seu conjunto. Quer dizer, o que a imprensa diz a televisão repete, a rádio repete, e não apenas nos noticiários, mas também nas ficções, na apresentação de um tipo de modelo de vida que se deve apresentar.

O poder midiático cria gostos que não são do próprio indivíduo, mas padrões seguidos por um grupo social que aceita aquilo que é imposto pela classe dominante. Este processo de dominação reflete na produção e compreensão de informações. Dentro deste contexto, fica evidente que o espaço para o texto literário acaba sendo limitado e consumido pelos textos publicitários. É difícil concorrer com o discurso de massa. Colocar o texto literário dentro destes padrões é algo utópico. Enquanto o texto literário é todo figuratizado e exige inferências do leitor para sua melhor compreensão, o discurso de massa apresenta como principais características a rapidez e a simplicidade. Pensar em texto literário como um discurso de massa é algo um tanto ilusório, ainda que necessário. De acordo com Ramonet (2003), “O discurso militante ou de contra-informação não é suficientemente pedagógico ou não tem os critérios de sedução que lhe permitiriam competir com o discurso dominante.” O autor expõe de forma reflexiva as características do discurso apresentado pela informação da cultura de massa:

Pois bem, qual é a característica do discurso das grandes empresas midiáticas? É a retórica. Analisando o discurso da informação ou da publicidade ou da cultura de massas, observa-se que ele apresenta, retoricamente, as mesmas características. Em primeiro lugar, é um discurso rápido, não há efeitos longos; na imprensa, os artigos são cada vez mais curtos, as frases são breves, os títulos impactantes, como um modelo publicitário ou qualquer discurso da cultura de massa. Primeira característica: a rapidez para evitar o tédio. (Ramonet, 2003, p.248-249)

Não é interessante que a classe oprimida ganhe forças para questionar atitudes tomadas constantemente pela classe dominante. O poder daqueles que dominam é configurado pelo dinheiro e reproduzido por suas atitudes, muitas vezes materializadas por discursos vazios. Em outras palavras, o poder do dinheiro está relacionado com o poder da informação e o uso que se faz dela para manipular, dominar e manter a soberania de determinada classe. Na visão de Santos (2000, p.37), dinheiro e informação formam uma dupla tirania. Para o autor

[...] a emergência de uma dupla tirania, a do dinheiro e a da informação, intimamente relacionadas. Ambas, juntas, fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um novo ethos as relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas.

É evidente que tanto o dinheiro quanto a informação possuem um poder social que pode transformar a percepção e atuação do coletivo. A única diferença está na acessibilidade. Enquanto o acesso ao dinheiro é algo limitado para a maior parte da população, pois está

atrelado a fatores políticos, econômicos e sociais, o acesso à grande parte da informação de interesse público é algo livre e de acesso imediato ou possível de ser conseguido por quem conhece os suportes necessários para seu alcance. Um bom exemplo é a acessibilidade do código do consumidor que as lojas oferecem a seus clientes. O código está ali no balcão, bem acessível e livre para consultas, contudo a maioria das pessoas não está disposta a manusear as folhas ali presentes e mesmo que o faça, a compreensão das informações ali presentes será realizada por uma minoria. O acesso a este recurso informativo não contribui grandemente para ações sociais. Apesar de todos terem o acesso, apenas uma minoria tem a capacidade de utilizar as informações ali presentes a seu favor.

Se o código do consumidor, algo de livre acesso, está, ao mesmo tempo, tão distante de atuar socialmente, não é difícil imaginar que o processo de apropriação de informações presentes em textos literários não acontecerá da noite para o dia. Ainda assim, é importante começar a modificar os paradigmas dominantes, pois a contribuição literária para o contexto político, econômico e social é inegável. Infelizmente, a literatura, a leitura reflexiva e questionadora, assim como diversas disciplinas de humanas (sociologia, filosofia, antropologia, etc.) não fazem parte do alicerce ideológico do sistema capitalista atuante e dominador. A manutenção de um discurso único de falsa globalização é parte integrante de nossa sociedade. Nas palavras de Santos (2000, p.38-39)

Um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. Conforme já vimos, as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. [...] o que é transmitido a maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde.

É difícil lidar com a informação se não soubermos identificar o seu papel real. Sabemos que a literatura tem também a função de humanizar. Estamos diante de um dos papéis da informação: instruir. Todavia, entre instruir e convencer, a sociedade capitalista privilegia a arte do convencimento. “Se a informação tem, hoje, essas duas caras, a cara do convencer se torna muito mais presente, na medida em que a publicidade se transformou em algo que antecipa a produção” (Santos, 2000, p. 39).

Considerando que as empresas vivem do comércio e da produção, a informação é um veículo de convencimento para a busca de novos clientes, ou seja, a informação

publicitária é a que domina a sociedade atual, sobrando um pequeno espaço para o papel humanizador e reflexivo da literatura.

5 Considerações finais

O processo de interação entre leitor e texto literário difere totalmente de outras formas de interação social. Esta relação, além de não ser realizada face a face, como em uma interação oral e presencial, no caso do texto literário, autor e leitor estão separados no tempo e no espaço, isto é, o contexto de produção de grande parte dos textos literários e de seus autores quase nunca é o mesmo contexto de recepção de seus leitores, principalmente se consideramos escolas literárias que vão do trovadorismo até o modernismo, ou seja, a maior parte das escolas literárias separa o leitor de seu tempo e espaço. Nesse sentido, é preciso reconstruir o contexto necessário para compreender a obra, preenchendo os vazios do texto com sua imaginação. Segundo Iser (1979, p.88) “[...] são os vazios, a assimetria fundamental entre texto e leitor, que originam a comunicação no processo da leitura”. Ainda, segundo o autor, “o equilíbrio só pode ser alcançado pelo preenchimento do vazio, por isso o vazio constitutivo é constantemente ocupado por projeções” (1979, p.88).

Entretanto, se o vazio for ocupado exclusivamente pelas projeções do leitor, a interação entre texto e leitor fracassa, como abordado por Iser (1979). As projeções do leitor não se podem impor independentemente do texto. Embora o texto permita ao leitor uma diversidade de interpretações, não autoriza qualquer leitura, pois sua validade deve relacionar a interpretação do leitor com as coordenadas do texto criadas pelo autor. Desta forma, o leitor será orientado a fazer interpretações limitadas pela organização estrutural do texto, ou seja, um bilhete é um bilhete. Contudo, se algo parecido a um bilhete estiver em um mural da sala de aula com o título de poema, a recepção deste texto possibilitará coordenadas que somente um poema permite. A subjetividade presente em um poema não é algo presente na objetividade de um bilhete. Neste sentido, uma interpretação considerada absurda para uma informação estruturada em um simples bilhete, pode ser uma interpretação fantástica para a mesma informação denominada como poema.

A construção do sentido de um texto se dá pela sua desconstrução realizada por sujeitos sociais diferentes com visões de mundo e conhecimentos distintos. Neste sentido, a desconstrução vem ao encontro das ideias de interação entre texto e leitor estabelecidas por este estudo. Concluímos que a interação do sujeito com a informação se dá por meio de diferentes linguagens presentes no mundo atual, inclusive de forma mais intensificada por meio dos recursos tecnológicos disponíveis. Neste contexto tecnológico são propiciados diferentes diálogos interdisciplinares que se concretizam por meio

de novas elaborações intertextuais que utilizam não apenas as informações pré-existentes como também situações novas que são expostas pelo dilúvio de informações que nos são apresentadas de maneira diversificada, utilizando diferentes tipos de canais de comunicação, mesclando várias formas de linguagens e gêneros textuais.

Considerando a interação desses elementos, o processo de desconstrução torna-se um fator crucial para a compreensão daquilo que se desconhece e necessita fazer-se presente de forma significativa para o receptor textual. Para tanto, o momento da leitura exige que o sujeito dialogue consigo mesmo antes de dialogar com o texto, buscando conhecimentos já existentes para compreender aquilo que não se sabe. A não compreensão possibilita ou gera uma desconstrução daquilo que está sendo apresentado para que haja uma reformulação de ideias por meio do diálogo entre receptor e texto. Este processo de reconstrução em busca de uma compreensão é visto de forma positiva, pois requer o uso de diversas linguagens e formas textuais vindas de diferentes textos, autores, fontes e explicações parafraseadas, simplificadas, faladas, escritas, ilustradas ou cantadas. Sendo assim, é um processo muito enriquecedor para o sujeito leitor.

É nesse processo intertextual que as reformulações acontecem, favorecendo a reflexão e busca por diferentes formas de pensamentos, contribuindo para a formação humanística do indivíduo já que ele precisa dialogar consigo mesmo para reorganizar seus conhecimentos antes de dialogar com o texto. É neste momento que a apropriação ganha forma e possibilita novos conhecimentos.

A informação como uma construção social é, portanto, percebida como uma forma de ação no mundo. Investigar a informação a partir desta perspectiva é analisar como os participantes envolvidos na construção do significado estão agindo no mundo através da linguagem, contribuindo para a construção da realidade social como um todo.

A possibilidade de construir significados de acordo com a relação dos indivíduos participantes durante o processo de leitura é o primeiro passo para a apropriação. Nesse sentido, a leitura literária realizada de forma ampliada e crítica é um meio de identificar a importância do contexto social do texto e sua relação com o contexto histórico-social do indivíduo que realiza a leitura em diferentes contextos, seja esta diferença histórica, social ou cultural.

Identificar todas essas diferenças contribui para criar novas opiniões acerca de um novo universo informativo por meio de textos literários, pois apenas o conhecimento lexical e gramatical não é insuficiente para uma compreensão que ultrapasse a barreira linguística. O ato da leitura não presume a apropriação da informação. Para a leitura, alguns conhecimentos gramaticais e

um bom dicionário podem ajudar no processo. Em contrapartida, a compreensão do texto envolve questões que vão além da gramática e do léxico. Compreender é conseguir inserir-se no texto, é familiarizar-se com o estranho, é avançar em relação aos discursos sociais, familiares e religiosos que nos perseguem, é entender a cultura do outro sem preconceito e resquícios de nossa cultura, é estar aberto a formar novas opiniões e a construir novas identidades. É ter consciência de que nem sempre os valores de uma sociedade podem ser expressos em outra e vice-versa.

A compreensão de um texto é um vai e vem de construção que se desconstrói a cada conhecimento de mundo sobre aquela unidade de conhecimento representada pelo texto. É novamente a parte interagindo com o todo. É esta relação complexa de interações entre interlocutores que transforma o texto e faz com que ele ganhe vida e sentido.

Sabemos que há vários tipos de linguagem e que a escrita representada por códigos linguísticos é apenas uma parte da linguagem humana. Sendo assim, a linguagem como um todo, é composta por diversas partes que interagem entre si. É a palavra falada que interfere na palavra escrita; é a palavra escrita que interfere na construção do texto; é o texto que interfere na linguagem e atua na sociedade de forma crítica e reflexiva. As relações entre as partes da linguagem são infinitas e fazem parte também do processo de apropriação.

Para finalizar, ao fazermos a relação entre apropriação e linguagem, não podemos deixar de estabelecer o estado de complexidade da apropriação, pois prioriza a participação ativa do indivíduo. É neste sentido que a teoria da complexidade se relaciona com o objeto de estudo desta pesquisa, a apropriação.

Considerando que a teoria da complexidade vem da teoria marxista, faremos uma analogia entre linguagem e sociedade. Nas palavras de Marx: “[...] a atual sociedade não é um cristal sólido, mas um organismo capaz de mudar o que está em constante processo de mudança” (Marx, 1988). Dito isto, as reflexões teóricas aqui apresentadas nos fazem pensar sobre o uso social da linguagem. Neste sentido, diremos que a linguagem não é um cristal sólido, mas um sistema complexo capaz de mudar significados representados por palavras que estão em constante processo de mudança. Esta definição de linguagem, trazida por este trabalho, reafirma o pensamento desconstrucionista acerca da linguagem e do texto. A dificuldade de se consolidar um estudo sobre o texto de forma ampliada pode estar relacionada ao pensamento cartesiano de que ainda existem verdades absolutas e de que o texto é o mensageiro de tais verdades. Em oposição a este modo de pensar, a teoria da complexidade traz uma nova forma de relacionar a parte com o todo. Em outras palavras, o texto é apenas uma parte inserida em uma sociedade composta por diferentes sujeitos sociais. Analisar um pedacinho

de todo o universo social por meio de um texto escrito não é nada fácil. Nas palavras de Marx: “[...] o corpo desenvolvido é mais fácil de estudar do que a célula do corpo” (1988, p.18). Não há como compreender um texto fora de todo um contexto social. Por outro lado, o contexto social se transforma a cada instante e todas essas mudanças causam uma desordem que precisa ser ordenada para que o pensamento humano continue caminhando para a constante reformulação de pensamentos, favorecendo a ação reflexiva na nossa sociedade que está formada por milhares de informações com pouca reflexão. É preciso uma desordem para começar uma nova ordem, um novo pensamento. É preciso que conceitos anteriores sejam desconstruídos para a criação de novos conhecimentos que favoreçam a reflexão informativa e atuação social do sujeito cercado por ideais capitalistas.

Referências

- Almeida Júnior, Oswaldo Francisco de (2015). Mediação da informação: um conceito atualizado. // Bortolin, Sueli; Santos Neto, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (Orgs.). Mediação oral da informação e da leitura. Londrina: ABECIN, 2015. 278p. p. 09-32.
- Almeida Júnior, Oswaldo Francisco de (2008). Mediação da informação e múltiplas linguagens (2008). // Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação, 9., 2008, São Paulo. // Anais... São Paulo: USP, 2008.
- Barros, Diana Luz (2003). Teoria semiótica do texto. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- Barthes, Roland (1987). O prazer do texto. Tradução J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- Bakhtin, Mikhail (2006). Marxismo e filosofia da linguagem. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- Benjamin, Walter (1987). Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Candido, Antonio (1995). Vários escritos. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- Chandler, Daniel (1995). Texts and the construction of meaning, 1995. <http://visual-memory.co.uk/daniel/Documents/short/texts.html>
- Chauí, Marilena (2006). Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2006. <http://www.abimaelcosta.com.br/2012/10/o-discurso-competente-marilena-chau.html>
- Chauí, Marilena (2004). O que é ideologia (2004). <http://www.nhu.ufms.br/Bioetica/Textos/Livros/O%20QUE%20%C3%89%20IDEOLOGIA%20-Marilena%20Chaui.pdf>.
- Derrida, Jacques (1974). Linguistics and grammatology. The United States: University of Wisconsin Press, 1974.
- Fadel, Bárbara et al (2010). Gestão, mediação e uso da informação. // Valentim, Marta (Org.). Gestão, mediação e uso da informação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- Iser, Wolfgang (1996). O Ato da leitura: uma teoria do efeito estético. São Paulo: Ed. 34 (1996).
- Jouve, Vincent (2002). A leitura. São Paulo: UNESP, 2002.
- Kurz, Robert (2002). A ignorância da sociedade do conhecimento. // Folha de São Paulo, São Paulo, 13 jan. (2002) 14-15. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1301200211.htm>
- Lei de Acesso à Informação: um direito para todos (2013). <https://bibmais.wordpress.com/2013/04/25/lei-de-acesso-a-informacao-um-direito-para-todos>.
- Marx, Karl (1988). O capital: crítica da economia política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988
- Morin, Edgar (1999). O método 3: o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- Poe, Edgar Allan (1981). Histórias extraordinárias, São Paulo: Abril Cultural, (1981) 7-27.
- Possenti, Sírío (2007). Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). Introdução à lingüística 3: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, (2007) 353-392.
- Ramonet, Ignácio (2003). O poder midiático. // Moraes, Denis de (org.). Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, (2003) 243-252
- Santos, Milton (2000). Por uma outra globalização. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- Smith, Frank.(1999). Leitura significativa. Tradução Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Copyright: © 2016 Borges. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

Received: 2016-05-19. Accepted: 2016-06-27